

POVOAMENTO DO VALE DO MACACU NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Professor Carlos Henrique Machado Rodrigues



Sertões do Macacu em 1819. Fonte: COSTA (2013, p. 51).

Caro aluno, para entendermos o processo histórico da formação e desenvolvimento do município de Itaboraí, faz-se necessária uma compreensão do processo de fixação e demarcação de poder, pelos portugueses, nas terras do Rio de Janeiro.

Apesar dos portugueses terem chegado aqui em 1500, não demarcaram efetivamente sua presença até meados do século XVI. No caso do território que viria a ser chamado de Província do Rio de Janeiro, o povoamento e a colonização somente se iniciou com a expulsão dos franceses da Baía da Guanabara, instalados nas terras desde 1555.

Os franceses, sob o comando do calvinista Villegagnon, tinham a intenção de fundar uma colônia chamada *França Antártica*. O objetivo era manter um domínio constante no lugar, de onde a França poderia tentar o controle do comércio com as Índias - território cobiçado no Oriente pelas mercadorias de alto valor. O líder calvinista planejava também construir uma cidade chamada Henriville, em homenagem ao rei Henrique IV da França. Dessa maneira, iniciaram o processo de ocupação da Baía de Guanabara com a aliança dos grupos nativos Tamoios, inimigos de longa data dos Temininós - liderados pelo guerreiro Arariboia - que posteriormente auxiliaram os portugueses na guerra contra os franceses e seus inimigos Tupinambás (Tamoios).

Em 1560, os franceses foram atacados pelas tropas de Portugal a mando do Governador-Geral da colônia, Mem de Sá, obrigando aqueles inimigos a se refugiarem nas florestas que faziam parte da baía. Em 1563, chega à colônia Estácio de Sá, primo de Mem de Sá, com o objetivo de ajudar o governador na expulsão dos invasores e implementar o povoamento português na baía da Guanabara e seu entorno. Estácio de Sá chegou acompanhado de quatro jesuítas, cujas intenções eram propagar a fé

católica e auxiliar no processo de povoamento por meio da formação de aldeamentos para evangelização de nativos (catequização), assim como da edificação de fazendas produtivas.

Em 1565, os portugueses e Temininós conseguiram derrotar franceses e Tamoios. Estes nativos passaram a ser usados como mão de obra escrava nos núcleos de povoamento que foram se instalando no território. Com a Baía da Guanabara conquistada, os portugueses construíram os primeiros fortes e aldeamentos e fundaram a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1567.

No entorno da baía, formou-se um anel defensivo constituído pelos aldeamentos de São Lourenço, do líder Arariboia, que protegia a barra da baía através da Fortaleza de Santa Cruz; de São Barnabé, em Magé (ao fundo da baía da Guanabara e local onde se situam também as terras de Itaboraí, outrora chamadas Sertão do Macacu ou Vale do Macacu); de São Pedro (próximo a Cabo Frio); e de São Francisco, em Itaguaí¹.



Marco de Pedra da Vila de São José Del Rei, outrora freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi. Fonte: COSTA (2013, p.56).

Com os inimigos derrotados, em 1565 Portugal iniciou uma política distributiva de grandes lotes de terras, à época chamados sesmarias. Tal proposta de concessão de terras servia como escudo de proteção da cidade do Rio de Janeiro contra ataques estrangeiros e nativos, além de facilitar o objetivo jesuítico de catequização. Esse foi o caso do aldeamento de São Barnabé, que se tornou posteriormente uma freguesia, igualmente como a de Nossa Senhora do

Desterro de Itambi. Tais paróquias passaram a fazer parte da Vila Nova de São José Del Rei, recém-criada no final do século XVIII².

A distribuição de terras fora da cidade do Rio de Janeiro baseou-se em quatro eixos principais, compostos por rios que fluem para a Baía da Guanabara: as terras banhadas pelo rio Sarapuí, juntamente com os rios Cachoeira e Bangu (atualmente município de Caxias); a área banhada pelo rio Iguaçu, juntamente com os rios Inhomirim (na atualidade entre Nova Iguaçu e Magé); o sertão ao fundo da Baía da Guanabara (atualmente Cachoeiras de Macacu e Itaboraí) banhado pelos rios Suruí (hoje Magé), Macacu e Guapi; e o território banhado pelo rio Guaxindiba, que adentrava terras que conhecemos hoje como São Gonçalo³.

Como se não bastasse, o processo de conquista, ocupação e colonização portuguesa do Recôncavo da Guanabara deu-se com a chegada das primeiras famílias senhoriais - e também

¹ Demetrio (2008, p.22).

² Ver COSTA (2013, p. 75-76).

³ Silva (1990, p. 324)

jesuíticas, obedecendo a três recortes temporais distintos: de 1565 a 1600 - quando houve o processo de conquista por parte das famílias que aqui se instalaram, sobretudo no conflito direto com os povos nativos e utilização destes como mão de obra escrava; de 1601 a 1620 - em que se deu o processo efetivo de povoamento; e de 1621 a 1700 - com o processo de consolidação das famílias senhoriais (a chamada nobreza da terra, os senhores de engenho) por conta do sucesso na implementação dos engenhos de açúcar - a chamada empresa açucareira. No Vale do Macacu não foi diferente⁴.

Por conseguinte, famílias se inseriram e formaram uma elite senhorial no Vale do Macacu, dando continuidade à colonização, como também à materialização da presença portuguesa no recôncavo da Baía da Guanabara.

Em 1567, um escrivão da Fazenda Real, Miguel de Moura, juntamente com o Capitão-mor Cristóvão de Barros, que indicou aquele, receberam terras em uma região a qual hoje abrange o município de Itaboraí - outrora parte da Vila de Santo Antônio de Sá. A ordem era para que as terras doadas se tornassem devidamente produtivas em um prazo de três anos, como ditavam as chamadas Ordenações Manuelinas.

Miguel de Moura recebeu 9.000 braças (cada braça equivalia a 2,2 metros) de terras de largura por 12.000 de comprimento - com o rio Macacu deslizando ao meio, adentrando o chamado sertão. Já Cristóvão de Barros recebeu terras - também com o rio Macacu ao meio - onde acabavam as de Miguel de Moura, as quais tinham a dimensão de 6.000 braças de largura por 9.000 de comprimento⁵.

Contudo, o escrivão da Fazenda Real não deu a sua sesmaria o destino produtivo no prazo determinado e foi obrigado a doar suas terras à Companhia de Jesus, em 1571. Os Jesuítas, mesmo com as terras recebidas e confirmadas, não puderam auferir as medições daquelas, pois os povos nativos tinham ainda que ser conquistados. Somente em 1579, após o domínio contundente dos chamados "negros da terra", é que puderam começar a mensuração do território recebido, concluída apenas vinte anos depois.

Dando prosseguimento ao projeto de povoamento, como também de estímulo à produção, entre 1565 e 1700, foram concedidas 56 sesmarias nas regiões em que se encontram os rios Macacu e Guapiaçu⁶. Já na primeira metade do século XVIII, as concessões de terras alcançavam o sopé da Serra dos Órgãos. Nesse decurso de expansão é que fora estabelecida a primeira Vila do Recôncavo da Guanabara, em 1697, como citamos anteriormente, chamada de Vila de Santo Antônio de Sá.

Podemos dizer que o sertão macacuano obteve sucesso demográfico e produtivo por ser uma área propícia à produção de mercadorias de interesse da metrópole portuguesa, como o açúcar, mas não só. A região caracterizou-se economicamente por ter uma forte diversificação produtiva alimentícia.

⁴ Cardoso (2009, p. 03).

⁵ Forte (1984, p. 1).

⁶ Cardoso (2009, p. 08).

Desse modo, dedicaram-se ao cultivo de mandioca - sobretudo para a confecção de farinha -, de milho, arroz, feijão e, posteriormente, de café. Nos casos da farinha e da cachaça, foram utilizadas não somente no mercado interno, mas também como moeda de troca junto aos fornecedores de escravos da costa africana. No caso da cachaça, só fora utilizada como moeda de troca em meados do século XVII.

Enfim, com o objetivo de exemplificarmos o sucesso do povoamento na região, já em fins do século XVIII e início do XIX, a Vila de Santo Antônio de Sá “Abrangia (...) mais de 1.500 Km² de superfície, uma vila, seis freguesias, com outras tantas igrejas matrizes, e uma população de 17.329 habitantes, dos quais 8.371 livres e 8.958 escravos, 2.085 fôgos (residências)⁷...”

Referências bibliográficas:

AMANTINO, Márcia e CARDOSO, Vinicius Maia. "Múltiplas Alternativas: diversidade econômica da Vila de Santo de Sá de Macacu - Século XVIII". In: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 3 Nº 5 Jul-Dez 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/artigo_4.pdf>. Acesso em: 18 de julho de 2013.

COSTA, Gilciano Menezes. "A Escravidão em Itaboraí: Uma Vivência às Margens do Rio Macacu (1833-1875)". Niterói, UFF, 2013.

DEMETRIO, Denise Vieira. "Famílias Escravas no Recôncavo da Guanabara: Séculos XVII e XVIII". (Dissertação de Mestrado). Niterói, UFF, 2008. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_DEMETRIO_Denise_Vieira-S.pdf>. Acesso em: 19 de julho de 2013.

FORTE, José Matoso Maia. "Vilas Fluminenses Desaparecidas – Santo Antonio de Sá". Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1980.

Ordenações Manuelinas, Livro IV, Título 67, Das Sesmarias. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l4p164.htm>> Acesso em: 09 de agosto de 2013.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790)". (Tese de doutoramento). Niterói, UFF, 1990.

⁷ Forte (1984, p. 09).